

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO)
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS (CCH)
ESCOLA DE BIBLIOTECONOMIA (EBB)

VALDECI GONÇALVES

**A IMPORTÂNCIA DA INVENÇÃO DA IMPRENSA POR JOHANN GUTENBERG,
NO SÉCULO XV, PARA A SOLIDIFICAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA**

Rio de Janeiro

2018

VALDECI GONÇALVES

**A IMPORTÂNCIA DA INVENÇÃO DA IMPRENSA POR JOHANN GUTENBERG,
NO SÉCULO XV, PARA A SOLIDIFICAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Profa. Ma. Stefanie Cavalcanti Freire

Rio de Janeiro
2018

VALDECI GONÇALVES

A IMPORTÂNCIA DA INVENÇÃO DA IMPRENSA POR JOHANN GUTENBERG, NO
SÉCULO XV, PARA A SOLIDIFICAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
à Escola de Biblioteconomia da Universidade
Federal do Estado do Rio de Janeiro como
requisito parcial à obtenção do grau de
Bacharel em Biblioteconomia.

Aprovado em: _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Ma. Stefanie Cavalcanti Freire
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Profa. Dra. Ana Cristina Comandulli da Cunha
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Me. Fabiano Cataldo de Azevedo
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Dedico esse trabalho aos meus pais Jair e Aparecida (in memoriam), com todo meu amor e gratidão, por tudo que fizeram por mim ao longo de minha vida. Desejo poder ter sido merecedor do esforço dedicado por vocês em todos os aspectos, especialmente quanto à minha formação.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus que iluminou o meu caminho durante esta caminhada.

À minha esposa, Sônia, que de forma especial e carinhosa me deu força e coragem, me apoiando e auxiliando para que esse dia chegasse.

Aos meus seis irmãos mais velhos que na ausência de meus pais foram um meus conselheiros, patrocinadores, em certos momentos, e me apoiaram sempre.

A minha orientadora, Stefanie Cavalcanti Freire, pela paciência e incentivo que tornaram possível a conclusão desse trabalho.

Aos professores Ana Comandulli e Fabiano Cataldo por aceitarem participar da banca examinadora.

A Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, por me receber como aluno e devolver-me à sociedade como um profissional da biblioteconomia.

Aos companheiros de trabalho, Francisco e Ana, pela confiança e apoio constante.

Aos colegas e amigos que conheci ao longo dessa jornada, especialmente Thiago e Marcos Pastana, pelo companheirismo e compreensão ao compartilharmos madrugadas, finais de semana e feriados. Cada esforço valeu a pena e foi essencial para que chegássemos até aqui.

RESUMO

Este trabalho aborda o papel da invenção da imprensa de tipos móveis de Gutenberg, no século XV, para a solidificação da língua Portuguesa enquanto língua nacional. Faz a contextualização sócio, histórico, econômico e cultural da Europa e da formação do Estado Nacional de Portugal. Apresenta um panorama histórico sucinto descrevendo as etapas do Latim ao idioma Português. Discorre sobre o período que antecedeu a imprensa, os fatores que possibilitaram sua invenção e as consequências desse invento. Analisa brevemente a trajetória da arte da impressão em Portugal. E conclui descrevendo os elementos que contribuíram para o processo de consolidação da língua Portuguesa e qual foi a importância da prensa gráfica nesse processo.

Palavras-chave: Invenção da imprensa. Gutenberg. Língua Portuguesa. Consolidação. Portugal.

RESUMEN

Este trabajo aborda el papel de la invención de la prensa de tipos móviles de Gutenberg, en el siglo XV, para la solidificación de la lengua portuguesa como lengua nacional. Realiza contexto social, histórico, la vida económica y cultural de Europa y la formación del estado nacional de Portugal. Presenta un panorama histórico sucinto describiendo las etapas del Latín al idioma Portugués. Discurre sobre el período previo a la prensa, los factores que posibilitar su invención y las consecuencias de ese invento. Analiza brevemente la trayectoria del arte de la impresión en Portugal. Y concluye describiendo los elementos que contribuyeron al proceso de consolidación de la lengua portuguesa y cuál fue la importancia de la prensa gráfica en ese proceso.

Palabras clave: Invención de la prensa. Gutenberg. Lengua portuguesa. Consolidación. Portugal.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
1.1	Objetivos	10
1.1.1	Objetivo Geral.....	10
1.1.2	Objetivo Específico.....	10
1.2	Justificativa	10
1.3	Metodologia	12
2	BREVE RESUMO HISTÓRICO DA EUROPA E A FORMAÇÃO DE PORTUGAL	14
2.1	Breve resumo histórico da Europa	14
2.2	Breve resumo da Formação de Portugal	17
3	BREVE HISTÓRICO DO LATIM À LÍNGUA PORTUGUESA	19
3.1	O latim	19
3.2	A evolução da língua portuguesa	21
4	A INVENÇÃO DA IMPRENSA	24
4.1	Gutenberg e sua prensa gráfica	24
4.2	Fatores que possibilitaram a invenção da imprensa	26
4.3	As consequências da imprensa	27
4.4	A imprensa em Portugal	31
5	OUTROS FATORES QUE COLABORARAM PARA A SOLICITAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA	33
5.1	A formação do Estado Nacional Português	34
5.2	O renascimento	35
5.3	A ascensão da burguesia	37
5.4	As grandes navegações	39
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS: Qual a importância da invenção da imprensa por Johann Gutenberg, no século XV, para a consolidação da língua portuguesa?	41
	REFERÊNCIAS	44

1 INTRODUÇÃO

Na história da humanidade, observa-se que todas as grandes transformações no âmbito sociocultural e político tiveram como estopim descobertas e avanços tecnológicos que produziram novos paradigmas, isto é, novos padrões de organização social, novas maneiras de pensar, produzir e interagir, se comunicar. Segundo os estudiosos da comunicação, como Giovani Giovannini (1987), a humanidade teve três grandes marcos na forma de transmitir e produzir o conhecimento: a invenção da escrita, a invenção da prensa gráfica e a comunicação à distância através do audiovisual.

A invenção da escrita, no limiar da civilização, possibilitou fixar o pensamento em um suporte material, retomá-lo, aprofundá-lo e, principalmente, garanti-lo por longo tempo. Já a invenção da imprensa, por sua vez, ocorrida em meados do século XV, desencadeou um processo sócio, econômico, político e cultural, pois dinamizou a difusão, dentre outras, das ideias renascentistas. E, finalmente, a terceira grande revolução foi a comunicação à distância através do audiovisual na primeira metade do século XX, como exemplos atuais pode se citar o rádio, a televisão, o cinema, a Internet e a multimídia, que romperam com a dependência dos meios de comunicação de massa com os meios de transportes.

Assim, neste trabalho procura-se refletir sobre a influência da invenção da imprensa de Gutenberg para a solidificação da Língua Portuguesa. Dessa maneira, foram feitas investigações sobre as origens do idioma português, um resumo histórico da Europa e da formação do Estado Português, análise dos fatos que antecederam a prensa de Gutenberg e suas causas e consequências e um breve relato de alguns fatores que colaboraram, juntamente com a imprensa, para a consolidação da Língua Portuguesa.

É importante que o Biblioteconomia se debruce sobre estudos relacionados a invenção da imprensa, uma vez que tal fato foi importantíssimo tanto para as grandes mudanças sofridas nas bibliotecas, como para a atuação profissional e social do bibliotecário.

A relação do invento de Gutenberg com a estruturação da Língua Portuguesa é também importante para os estudos biblioteconômicos, pois é impossível ao

profissional dessa área desempenhar seu papel sem uma relação íntima com seu idioma.

Deste modo questiona-se: Qual a importância da invenção da imprensa por Johann Gutenberg, no século XV, para a solidificação da Língua Portuguesa?

1.1 Objetivos

Os objetivos deste trabalho dividem-se em geral e específicos.

1.1.1 Objetivo Geral

O objetivo geral deste trabalho de conclusão consiste em analisar de que forma a prensa gráfica de Gutenberg foi importante para consolidação do Português como língua oficial de Portugal.

1.1.2 Objetivos Específicos

E seus objetivos específicos são:

- Fazer um breve comentário a formação do continente europeu e do Estado de Portugal;
- Transcorrer sobre os processos ocorridos do Latim até a formação da língua portuguesa;
- Observar os fatos que antecederam e possibilitaram a invenção da imprensa, bem como as consequências decorridas dessa invenção;
- Analisar outros fatores que colaboraram para a solidificação do idioma português;
- Analisar a relação do advento da imprensa com surgimento do Português, ressaltando a importância desse invento para a língua lusitana.

1.2 Justificativa

Dentre os avanços tecnológicos que trouxeram mudanças estruturais radicais para a civilização ocidental, certamente, se encontra a invenção dos tipos móveis por Johann Gutenberg. Rodrigues (2012) considera a tipografia a primeira grande

mídia de massa da história ocidental, pois, por ter a produção mais rápida e um custo de produção menos, permitiu a popularização dos livros e a formação de uma classe letrada na Europa.

O advento da prensa gráfica, além de ter contribuído com a formação dos Estados nacionais, as grandes navegações, a Reforma e Contrarreforma, a Revolução Científica, a propagação das ideias do Renascimento e a Revolução Industrial, contribuiu de forma decisiva para o processo de oficialização das línguas vernáculas como línguas nacionais de suas respectivas nações, dentre elas a língua Portuguesa, conforme relata M. Said Ali (2010, p. 20) “Em Portugal foi entre os dialetos falados no norte do país que se tomou aquele que constituiu a língua portuguesa. Parece ter sido o de Entre Douro e Minho, quer dizer, o interamnense, ou talvez o galécio-português, isto é, o idioma falado nas margens do Minho”.

Por isso, justifica-se a importância do presente trabalho, primeiramente, porque, segundo Burke (2002, p. 175), a imprensa levou a “um ‘oceano’ pelo qual os leitores tinham de navegar, ou uma ‘inundação’ de material impresso em meio a qual era difícil não se afogar.” Tal fato levou à mudança tanto das estruturas dos edifícios das bibliotecas e sua funcionalidade, quanto na atuação profissional e social do bibliotecário. Segundo esse autor, “A multiplicação dos livros criou imediatamente um problema para um grupo profissional, o dos bibliotecários, embora seja óbvio que eles se tornaram ainda mais indispensáveis. [...] Foi preciso construir prédios enormes para abrigar tantos livros [...]” (BURKE, 2002, p. 176).

Além disso, foi necessária a criação de novas ferramentas para a organização e disseminação do acervo (seleção, aquisição, catalogação, classificação, indexação, serviço de atendimento etc.).

O estudo contribuirá, ainda, com informações relevantes sobre relação do invento de Gutenberg com a estruturação da Língua Portuguesa. Tal relação é importante para o bibliotecário, pois é impossível ao profissional dessa área desenvolver sua competência sem uma relação íntima com seu idioma.

A ideia de desenvolver o presente estudo surgiu do fato do pesquisador ser graduado em Letras (Português-Espanhol) pela UFRJ e também por não haver muitos trabalhos sobre esse tema.

Do ponto de vista prático, espera-se que o estudo amplie os conhecimentos na área biblioteconômica e sirva de referência para outros acadêmicos - tanto de

Biblioteconomia e áreas afins, como do curso de Letras – para o desenvolvimento de outros trabalhos sobre o assunto.

1.3 Metodologia

Neste tópico que aborda os procedimentos metodológicos, será apresentada a base para o aprofundamento teórico que compreende métodos e metodologia e tipos de pesquisa. Os procedimentos serão utilizados para alcançar o objetivo geral e os objetivos específicos apresentados no presente estudo.

De acordo com Cerro, Bervian e Silva (2007), a pesquisa busca investigar problemas teóricos ou práticos através do emprego de processos científicos, partindo de uma dúvida ou problema, buscando respostas ou soluções a partir do uso do método científico.

Em termos metodológicos, a presente pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa do tipo exploratória, pautada em levantamentos bibliográficos sobre o tema. Em termos teórico-metodológicos apoia-se nos estudos da História da Língua Portuguesa e História do Livro e da Biblioteca para analisar obras sobre a evolução e desenvolvimento do latim ao português, a história e o processo de formação da Europa e de Portugal e a história do livro e da prensa gráfica. Para análise selecionou-se, dentre outros autores: sobre a história e formação da Europa e de Portugal, Jacques Le Goff (*As raízes medievais da Europa*. 2007), Oliveira Martins (*História de Portugal*. 1991) e Orlando Ribeiro (*A formação de Portugal*. 1987); sobre a história e evolução da língua portuguesa, M. Said Ali (*História resumida da Língua Portuguesa*. In: BECHARA, Evanildo. *Estudo da Língua Portuguesa: textos de apoio*. 2010), Francisco Fagundes Bueno (*Estudos de filologia portuguesa*. 1963), Joaquim Mattoso Câmara Junior (*Dicionário de Linguística e Gramática*. 1978), Silvio Elia (*Sociolinguística*. 1987), Carlos Alberto Faraco (*História Sociopolítica da língua portuguesa*. 2016) e Serafim da Silva Neto (*História do latim vulgar*. 1977); e sobre história do livro e da imprensa, Peter Burke (*Problemas causados por Gutenberg: a explosão da informação nos primórdios da Europa moderna*. 2002), Lucien Febvre e Henri-Jean Martin (*O aparecimento do livro*. 2017), Martyn Lions (*Livro: Uma História Viva*. 2011), Adriana Duarte Mariguela (*A impressão como instrumento de educação*. s.d), W. Martins (*A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca*. 1996) e Benedict Anderson

(Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. 1989).

.

2 BREVE RESUMO HISTÓRICO DA EUROPA E A FORMAÇÃO DE PORTUGUAL

O nascimento, o desenvolvimento e a solidificação de uma língua estão intimamente relacionados com a história de seus falantes. Por isso, faz-se necessário um breve panorama da história e da formação de Portugal e da área geográfica em que está inserida, a Europa. Além disso, é preciso fazer o resumo histórico dessas regiões para contextualizar a invenção da imprensa por Gutenberg e sua relação com a consolidação da língua portuguesa.

2.1 Breve resumo histórico da Europa

Na Antiguidade, segundo Le Goff (2007), o termo Europa poderia tanto se referir a uma certa região concreta nos Bálcãs ou na Grécia, como a todo continente, ainda que a localização desse continente não fosse esclarecida nessa época. Foram, os gregos, os responsáveis pela autonomia e a liberdade e as estruturas políticas de cidades-estados e de democracia na Europa. Entre 431-404 a.C., depois do fim da Grécia clássica na Guerra do Peloponeso, começa a hegemonia da Macedônia sobre os outros Estados gregos. Sendo a Macedônia uma miscigenação entre bárbaros e gregos, promoveu novamente a união política e intelectualmente a Europa nascente a Ásia. Por meio do governo de Alexandre, o grande, a Europa, ainda que em seus primórdios, começou a conquistar o mundo.

Posteriormente, assumindo a herança grega, o Império Romano, com a sua dupla cultura latino-grega se tornou a nova Europa. Com o crescimento do Império Romano, a cultura das civilizações antigas foi disseminada até às ilhas britânicas, à Gália e à Germânia. No entanto, a grande influência romana se deu por meio da língua latina, que serviu como meio de conquista e de expansão e, ao mesmo tempo, também como meio civilizador e de assimilação.

Diante do caos de transição e transformação da Antiguidade para a Idade Média, o latim transformou-se em uma ferramenta de estabilidade, que preservou os conteúdos de toda a erudição greco-romana e possibilitou a sua transmissão para a Idade Média e os tempos Modernos. O que se pode afirmar disso tudo é que o latim foi a força unificadora da Europa.

Segundo Jacques Le Goff (2007), para muitos historiadores houve um momento de passagem, do século IV ao VIII, da Antiguidade para a Idade Média, denominado Antiguidade Tardia. Nesse longo período de transição, começa a aparecer a Europa, concomitantemente com a cristianização do Império Romano, a partir do reconhecimento da fé cristã pelo Imperador Constantino. Posteriormente, o Imperador Teodósio I, sucessor de Constantino, viria a dividir o reino entre seus dois filhos: o Ocidente para Honório e o Oriente para Arcádio.

Le Goff (2007) considera a elaboração dos dogmas e das doutrinas cristãs, entre os séculos IV e V, como o fenômeno essencial para o surgimento da Europa e fundamental para a ideologia política europeia.

Esse legado da cultura antiga e cristã misturadas que os padres da Igreja transmitiam à Idade Média e à Europa continua do século V ao VIII no contexto da fusão entre cultura antiga romana e evolução marcada pelas necessidades das populações que se tornaram barbas. (LE GOFF, 2007, p. 32).

Dessa maneira, começou a entrada de vários povos bárbaros no Império Romano até o século XI. Conseqüentemente, nos séculos II e III ocorre uma grande miscigenação entre bárbaros e romanos. Em seguida, o Império passa por diversas invasões: os germanos invadem a Itália, a Gália e a Espanha no século III; e, do século V em diante, ocorreram invasões, novamente, dos germanos, dos visigodos dentre outros.

No século VII, começa o governo de um grupo de arcebispos sob o ocidente cristão, que vai dividir o Império em territórios. Esse novo governo fortalece ainda mais o cristianismo.

Entre os séculos VIII e X, Carlos Magno funda o chamado Império Carolíngio. Com uma aliança feita com o papado, Carlos Magno é coroado Imperador, uma tentativa de uma volta ao Império Romano. “O Império Carolíngio foi, portanto, numa perspectiva de longa duração, e particularmente numa perspectiva europeia, um fracasso.” (Ibidem, p. 54)

Em meados do século X, o rei da Germânia Oto I, volta a ambicionar, assim como Carlos Magno, a unidade imperial. Ele funda, então, o Sacro Império Romano Germânico.

A partir do século XI até o século XII, dar-se início o período feudal da Europa. A Europa feudal era rural e a terra era elemento essencial para a produção e o poder. Outra característica do feudalismo é a descentralização do poder, no entanto, “os

povos da cristandade se esforçam por se reagrupar em torno de chefes centrais que encontram um meio de conciliar o que lhes resta de poder com a fragmentação feudal.” (Ibidem, p.101). Nessa busca, formam-se o que se pode chamar de monarquias feudais. Tais monarquias foram possíveis por conta da influência do Papa, ou seja, um poder superior, divino, que dá legitimidade aos reis feudais.

Assim a cristandade dos séculos XI e XII possibilita num sistema feudal a existência de monarquias. Tal fato fortaleceu o papado, a mais poderosa das monarquias cristãs do período. Nesse contexto, a figura do imperador do Sacro Império Romano Germânico, um leigo, não era forte o bastante para se impor sobre as jovens monarquias.

Le Goff (2007, p. 103) salienta que “as funções do rei medieval eram as seguintes: a função religiosa, porque, embora não seja sacerdote, exerce o essencial desta função, a justiça”; a função militar, a proteção do reino; e a função de zelar pela prosperidade do reino. Por fim, e não menos importante, o monarca medieval deveria se afirmar no domínio do saber e da cultura.

O século XIII da Europa é considerado como o apogeu do Ocidente. Os êxitos desse período estão nas seguintes áreas: no crescimento urbano, na renovação do comércio e promoção dos mercadores, na educação (sobretudo, com a criação e o sucesso das universidades), e na proliferação “de novos religiosos que residem na cidade e são ativos sobretudo no meio urbano, os frades das ordens mendicantes, que formam a nova sociedade e remodelam profundamente o cristianismo que ela projeta.” (Ibidem, p. 144)

O êxito das cidades medievais estava intimamente ligado ao processo comercial do período. Essa burguesia que se formou, por sua vez, favoreceu o desenvolvimento de escolas e universidades a partir do século XII. A Europa das universidades formou a base para o futuro.

Quatro outros acontecimentos, ocorridos nesse período, foram de suma importância para o futuro da sociedade ocidental: os movimentos heréticos que precederam a Reforma, sendo os principais o de Wyclif, na Inglaterra do século XIV e o de João Huss na Boêmia do século XV; o nascimento de sentimentos nacionais; a invenção da imprensa que resultou, dentre outras coisas, na ampliação considerável da cultura e um triunfo da escrita e do livro; e, por fim, o início das grandes navegações com Cristóvão Colombo.

2.2 Breve resumo da formação de Portugal

O povo português é originário dos iberos, antigos habitantes da região peninsular, provenientes do norte da África e sudeste da Europa, e os celtas, vindos do sudoeste europeu, que invadiram a península, formando os celtiberos.

No século III a. C., ocorreu a romanização da região, que influenciou na língua, na lei e na religião local. Mais tarde, com o declínio do Império Romano, acontece a invasão germânica a região, que, segundo Ribeiro (1987), não trouxe nenhuma alteração considerável ao estilo de vida dos povos peninsulares.

Posteriormente, no século VIII, os ibérios foram dominados por quatro a cinco séculos pelos mouros, populações do Norte da África, que deixaram grande influência no léxico do português.

O condado portugalense, criado nos últimos anos do XI século a favor do conde borguinhão D. Henrique, genro de Afonso VI, pouco tempo existiu sob o regime de uma vassalagem indiscutidamente reconhecida. Era essa a época em que a Espanha tendia a constituir-se num sistema de Estados independentes, à medida que sucessivas regiões iam saindo de sob o domínio muçulmano para o dos descendentes dos godos asturianos, ou dos seus atuais aliados[32]; e o condado portugalense obedecia a esta tendência geral, no empenho que o seu conde não mais encobriu desde a morte do sogro.

É com efeito da data do óbito de Afonso VI que deve contar-se a era da independência de Portugal; embora por largos anos ela seja mais uma ambição do que um facto; embora essa ambição traduza um pensamento que os acontecimentos posteriores da história impediram se realizasse. (MARTINS, 1991, p. 41)

Com as cruzadas, a partir do século XI, os reinos de Leão, Castela, Navarra e Aragão se unificaram numa guerra que foi até o século XV. Eles contaram com a ajuda do conde francês D. Henrique de Borbonha. Este, como recompensa, ganhou terras do condado Portugalense “e casou-se com Dona Teresa, filha ilegítima do rei de Leão. Após a morte de Henrique de Borbonha, seu filho, Afonso Henrique, lutou pela autonomia política do condado.” (SOUSA, s.d., s. p.)

Segundo Ribeiro (1987, p. 41), após a morte de D. Henrique, ocorre uma luta pelo poder, entre sua viúva e seu filho. Com o auxílio dos barões da Galiza, o jovem príncipe “vence e expulsa D. Teresa em 1128 e conduz com mão firme a guerra em duas frentes, consolidando a autonomia de Portugal e alargando para o sul os limites da Reconquista”.

Com isso, segundo Sousa (s.d.), no Condado Portucalese, se consolida a primeira dinastia monárquica dando continuidade a expulsão dos mulçumanos.

Porém, com a morte de Henrique I, em 1383, o trono português ficou vago, dando início a uma disputa entre o reino de Castela e a, já consolidada, burguesia lusitana. Tal fato cominou na batalha de Aljubarrota, na qual as forças dos burgueses vencem os castelhanos e, assim, conduziram Dom João, mestre de Avis, ao trono português.

Sousa (s.d.) afirma que se inicia uma nova dinastia, essa comprometida com os interesses da burguesia lusitana. Dessa forma, com o franco desenvolvimento das atividades mercantis e a cobrança sistemática de impostos, gerou o fortalecimento do Estado Nacional Português e propiciou, a partir do século XV, o pioneirismo de Portugal na expansão marítima.

3 BREVE HISTÓRICO DO LATIM À LÍNGUA PORTUGUESA

3.1 O latim

Para alcançar o escopo deste trabalho, o estudo das origens do Português e de sua evolução é fundamental, uma vez que auxiliará na compreensão dos estágios que essa língua passou até sua consolidação. Para se fazer um histórico da língua portuguesa, da sua origem até a atualidade, é preciso reportar-se ao latim, língua do Império Romano, de onde originaram as línguas neolatinas ou românicas, dentre as quais está o Português.

O latim pertence ao tronco das línguas indo-europeias. Essas línguas formavam um conjunto hipotético de línguas, cerca de 60 línguas distintas, que existiam apenas na forma falada. Para os autores Dolores Carvalho e Manoel Nascimento (1974) existiu um idioma comum, o indo-europeu, que deu origem às línguas da Ásia e Europa, dentre as quais o latim.

Segundo Cardoso (1999), pode-se analisar o latim de acordo com a época e as situações em que foi utilizado, dividindo-se a evolução do idioma em: Latim Pré-histórico, falado pelo povo primitivo da Região do Lácio, sem registro de escrita; Latim Proto-histórico, quando surgem os primeiros documentos escritos; Latim Arcaico, presente em textos literários remotos com léxico precário enriquecido por influências do Grego; Latim Clássico, para Coutinho (1972), esta modalidade funcionou como língua culta escrita, artificial e rígida, foi utilizada pelos grandes poetas, pensadores, prosadores e filósofos, conservou-se graças a várias obras literárias, das quais possibilitou depreender os fenômenos gramaticais do idioma, além disso, posteriormente, foi usada pelos conventos ou mosteiros que conservavam as tradições da língua latina; Latim Vulgar, a modalidade oral do idioma, falado pela camada mais pobre da população romana, foi a última etapa do idioma latino, agora com profundas modificações, a língua falada e escrita já não eram tão distantes, o que anunciava a grande dialeção da qual se originaram as diversas línguas românicas.

Para Coutinho (2005) o latim vulgar era o idioma das classes inferiores, e representava a soma de todos os falares dos povos mais humildes. Os romanos o chamavam de *sermo vulgaris*, uma língua essencialmente oral, e desse latim

originou-se às diversas línguas românicas. Para alguns eruditos o latim vulgar não morreu, mas se modificou. Para Silva Neto (1977, p. 26) “a língua é realidade viva, espontânea, nunca rijo catálogo de formas”. Com base nisso, pode-se afirmar que a língua, enquanto organismo vivo, se modifica, se transforma, evolui, acompanha a realidade de seus falantes e conseqüentemente formam-se novos dialetos, que podem vir a se tornarem novas línguas. Bueno (1963) explica que o latim vulgar existiu durante o período do II século a. C. até o VI d. C., ou seja, oitocentos anos.

Houve um período de transição do latim para as línguas neolatinas chamado de *romanzo* (ou *romance*). Segundo o linguista Joaquim Mattoso Câmara Júnior, o termo *romanzo*

[...] aplica-se de preferência o termo para designar a fase final do latim vulgar, depois do século III d.C., quando já contrasta com o latim clássico em virtude de profundas inovações e se diferencia de região para região na România, como fase preliminar das línguas românicas; daí falar-se em *romanzo* ibérico e, mais particularmente, *romanzo* português, que se situa entre o século V e o século IX. (CÂMARA JUNIOR, 1978, p. 210)

Já as línguas neolatinas, também chamadas de línguas latinas, românicas ou vernáculas, são aquelas que mantêm vestígios do latim vulgar em seu vocabulário e em sua estrutura, ou nas palavras de Câmara Jr. “[...] são as que provêm da evolução e diferenciação do latim na România.” (Ibidem, p. 212). Segundo Silvio Elia (1987), as línguas românicas podem ser divididas em dois grandes grupos: Línguas da România Ocidental (Portugal, Espanha, França e Norte da Itália) e Língua da România Oriental (Itália Peninsular, Romênia e o antigo dalmático). Além dessa bipartição, esse autor cita a distribuição em grupos feita pelo italiano A. Monteverdi: Daco-românia: romeno, dalmático; Ítalo-românia: ladino, alto-italiano, italiano; Galo-românia: francês, franco-provençal, provençal; Ibero-românia: catalão, espanhol, português.

O *romanzo* que deu origem mais tarde à língua portuguesa foi o galego-português, originário da antiga província Gallaecia et Asturica (Galiza, norte de Portugal, ocidente de Astúrias) a partir do século VII.

3.2 A evolução da língua portuguesa

Com a expansão do Império Romano, no século III a. C., O latim é introduzido na Península Ibérica. Cabe salientar que a língua portuguesa provém do latim vulgar falado no noroeste da Península Ibérica, que foi modulado pela influência de características léxicas e fonológicas dos primitivos habitantes da região. Mais tarde, o Português recebeu larga contribuição do árabe, sobretudo no campo do léxico.

No século V, com a queda do Império Romano, diversos povos estrangeiros, como os vândalos, suevos e visigodos, invadiram a Península Ibérica. Esses povos trouxeram cada um seu dialeto que influenciou na língua romana, mas que não foram impostos como idioma aos povos subjugados.

No entanto, os árabes, no século VII, também invadem a Península, dominando-a e impondo sua cultura e língua. Tal imposição, contudo, não se deu na prática, pois grande parte do povo ibérico não adotou a língua mulçumana e continuou a falar o latim, que já estava bastante modificado, e agora sofreria influência da língua dos dominadores.

Santos (2014) salienta que a língua portuguesa nasceu no Noroeste peninsular e se desenvolveu no sul da península. Para esse autor:

Distinguem-se na história do português, dois grandes ciclos: o da elaboração da língua, desenvolvido entre os séculos IX e XV na esteira da reconquista do território dos Árabes; este foi repovoado pelos povos do Norte, que transplantaram a sua língua para o Sul, onde ela se transformou pelo contato com a língua local e pela mistura, nas novas terras, de dialetos que no Norte se achavam separados. Os dialetos da terra de reconquista são, por isso, mais homogêneos que os seus parentes mais velhos do Norte. Por outro lado, a transferência do poder para o Centro do Reino, com capital em Lisboa, fez que a partir do século XV os novos dialetos falados nessa região ganhassem ascendente sobre os do Norte e fossem a base de uma norma culta de características meridionais, que seria vista como a língua nacional. (n.p.)

Segundo Carvalho e Nascimento (1974), a evolução da língua portuguesa foi dividida pelo estudioso Leite de Vasconcelos em pré-história, proto-história e história. A primeira fase, a pré-história, refere-se ao período que começa com as origens da língua e termina no século IX, nessa fase surgem os primeiros documentos latinos-portugueses. Em seguida, do século IX ao século XII, começa a fase proto-história, quando aparecem documentos escritos em latim bárbaro com palavras portuguesas. Por fim, do século XII aos dias atuais, ocorre a fase histórica que se divide em dois períodos: período do português arcaico (do século VII até XVI

e se subdivide duas etapas: do século XII ao XIV, com textos em galego-português; e, do século XIV ao XVI, com a separação entre o galego e o português) e período do português moderno (do século XVI até nossos dias).

O documento mais antigo que se tem conhecimento em Português é um texto de 1175, chamado Notícia de Fiadores. Trata-se de uma tentativa de representar a língua falada, ainda no romance galego-português. Galego-português que se tornou idioma oficial do Condado Portucalense, a partir do século XII. No entanto, foi a produção de textos literários do século XIII – lírica trovadoresca, tradução de novelas francesas de cavalaria, literatura de espiritualidade – que, por meio de graduais transformações, levou o Português a condição de língua clássica.

A separação entre galego e português inicia-se com a independência de Portugal (1185) e é concluída em duas etapas: com a expulsão dos mouros em 1249 e com a derrota dos castelhanos em 1385, que tentaram anexar o país aos seus domínios. O galego, então, foi absolvido pelo castelhano e o português que aos poucos se tornou a língua oficial de Portugal. O primeiro documento real e datado (com data provável de 27 de junho, do ano de 1214), escrito em português foi o "Testamento de D. Afonso II". Até aqui a língua encontra-se em seu período arcaico, pois só em 1572, com a publicação de *Os Lusíadas*, de Luís de Camões, a mesma entra no seu período moderno. É nesse período que o Português se uniformiza, adquirindo as características linguísticas atuais, graças à literatura renascentista portuguesa, que tinha como grande expoente Camões, o que possibilitou o surgimento da primeira gramática produzida pelo padre Fernão de Oliveira em 1536.

As primeiras gramáticas da língua portuguesa surgem no período do português moderno, graças ao movimento humanístico, da segunda metade do século XV, em Portugal. Esse movimento deu origem a eruditos que se voltavam à cultura clássica greco-latina, o que levou à importação e ao aportuguesamento de latinismos gráficos, fonéticos, morfológicos e lexicais.

Nesse contexto, ocorreu o aprimoramento da língua portuguesa. Assim, num esforço para aproximar a língua lusitana de sua mãe latina, surgem as duas gramáticas: a primeira – “Gramática da Linguagem Portuguesa” - foi escrita pelo Pe. Fernão de Oliveira em 1536; e, em 1540, João de Barros escreve a segunda, “Gramática Portuguesa”. Em seguida, surgem os primeiros dicionários e tratados ortográficos.

Outro fato que impulsionou o idioma português foi o descobrimento do Brasil, em 1500 e seu conseqüentemente processo de colonização, juntando ao advento da imprensa, ampliou sensivelmente a produção escrita. Gomes (2016) ressalta ainda, que a língua portuguesa possuía, no início do século XV, pouca difusão mundial, tanto na modalidade escrita, quanto na oral. Assim, visando a utilização da língua como instrumento de comunicação, o infante Dom Henrique utiliza o vernáculo como instrumento nas navegações e nos descobrimentos. Com isso, o Português se expande pelas colônias conquistadas e proporciona uma maior coesão política no império colonial.

Graças às expedições marítimas iniciadas no século XV, atualmente, o português é falado em Portugal, Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Macau e Timor Leste.

4 A INVENÇÃO DA IMPRENSA

4.1 Gutenberg e sua prensa gráfica

Johannes Gensfleisch ("carne de ganso"), apelidado de Gutenberg devido ao nome da casa de sua família (1397-1468), proveniente de uma família nobre, foi o inventor da imprensa, entre 1438 e 1440, a partir dos tipos móveis chineses, na cidade alemã de Mogúncia. Mesma cidade que veio a morrer, segundo acredita-se, em começos de 1468, sendo enterrado na igreja dos franciscanos (MARTINS, 1996, p. 150). Segundo Chagas, Linhares e Ribeiro (2012), as técnicas de ourives, aprendidas com o pai, foram importantes para que Gutenberg conseguisse trabalhar os tipos móveis em chumbo fundido, que eram considerados verdadeiras obras de arte. Além disso, ele também aperfeiçoou a tinta para a impressão, já que as tintas usadas nos tipos móveis de madeira não fixavam nas de chumbo.

Amaral (2002) comenta que “a ideia da impressão com matrizes em relevo e com tinta pode ter surgido da junção de duas técnicas já antes bem conhecidas dos chineses: a do sinete e a do calço” (p. 86). Para esse autor, o sinete foi usado na China durante a dinastia Qin (221 -206 a. C.) em documentos oficiais e ordens de pagamentos. Esta técnica tratava-se de um carimbo com gravação invertida onde se passava a tinta e posteriormente era pressionado no papel. Assim temos um dos elementos fundamentais da invenção de Gutenberg, a gravação invertida. Os calços, por sua vez, comum nas dinastias Tang (618-907) e Song (960-1279), consistia no uso de um papel molhado em cima do original, logo após se seguiam os contornos com tinta, para se copiar o original.

Sobre a invenção de Gutenberg, Lyons (2011, 56) comenta:

A invenção da impressão com tipos móveis, na prática, uma série de invenções. Primeiro, as matrizes ou moldes tiveram de ser feitos e, a partir deles, foi preciso forjar caracteres de metal com a força e a consistência desejadas. A fórmula de uma tinta indelével baseada em óleo teve de ser aperfeiçoada, a própria prensa manual teve de ser projetada e construída.

Entre 1450 e 1455, Gutenberg produziu uma Bíblia com 42 linhas por página – o primeiro livro impresso com tipos – e levou as páginas impressas para a Feira Comercial de Frankfurt. Os textos impressos no século XV eram encontrados,

principalmente, em livros religiosos, constituídos de Bíblias, livros litúrgicos (missais, breviários, livros de honras), tratados de espiritualidade, livros de devoção, vida dos santos, etc., tanto em latim como em língua vulgar. Havia, também, a literatura profana, geralmente em língua vernácula, composta de enciclopédias e florilégios, crônicas, versões um pouco modernizadas das canções de gesta ou dos romances cortesões, cujo interesse era por obras mais populares, do gênero dos almanaques denominados “calendários dos pastores”.

Os primeiros livros impressos, chamados de incunábulo* rapidamente ganharam popularidade e mercado, por conta da agilidade do processo produtivo e consequente barateamento do livro que, finalmente, passou a ser popularizado.

Martins (1996) destaca o fato de que inicialmente os livros impressos eram imitações fiéis dos manuscritos, uma vez que não se conhecia outra técnica, e só com o tempo assumiu o seu inevitável papel de substituir às cópias manuais.

Dois fatores externos, segundo Martins (1996), foram primordiais para a rápida difusão da imprensa: o seu nomadismo e sua natureza de arte eminentemente alemã. No que tange ao seu nomadismo, esse autor ressalta duas razões para a aceleração da expansão da tipografia gutenberguiana: a tomada de Mogúncia pelas tropas de Adolfo de Nassau, em 1462, que, por falta de emprego, obrigou os impressores locais a buscarem trabalho em outras cidades; e o fraco poder econômico dos estabelecimentos eclesiásticos, que só podia contratar os serviços topográficos por um período limitado, o que obrigava o constante deslocamento dos impressores em busca de melhores lucros.

Por ser uma arte eminentemente alemã, os impressores eram quase que 100% germânicos, no início do século XV, e foram os responsáveis pela propagação da nova arte por toda a Europa.

Lyons (2011) afirma que 110 cidades da Europa tinham imprensa em 1480 e, em 1500, chegou a 236 cidades. As cidades que primeiro receberam a imprensa estavam no centro econômico europeu, na Holanda, Alemanha e Renânia, e na Itália setentrional, onde Veneza dominava o comércio de livros. Apesar de tardiamente,

* “Incunábulo – termo, oriundo da palavra latina incunabulum, berço, é empregado pelos bibliógrafos para designar qualquer obra impressa em qualquer lugar na época mais antiga ou no princípio da história da imprensa. A palavra aplicava-se, de modo geral, às obras impressas na Europa no século XV – abrangendo todas as que ali saíram dos prelos antes de 1501. (McMURTRIE, 1965, p. 325)

com relação a outras cidades da Europa, com o grande intercâmbio comercial entre o sul da Inglaterra e os Países Baixos, a prensa chegou à Grã-Bretanha.

Lyons (2011) destaca, ainda, algumas cidades onde a produção tipográfica se destacou: Londres, na Inglaterra, tinha a Paternoster Row, fornecia obras para os tribunais próximos; Basileia e Genebra, na Suíça, centros de impressão fortalecidos por serem refúgio de calvinistas; na Espanha, Toledo, centro Eclesiástico, Valladolid, seda da corte real, e Alcalá de Hernanes, onde havia uma importante universidade; e na França, Paris e Lyon, que juntas eram responsáveis por 90% da produção de livros francesa, enquanto a capital se especializou na impressão da Contra Reforma, Lyon ocupa-se em abastecer os mercados italiano e espanhol.

A partir do século XVII, se intensificaram os serviços, funções administrativas e diplomáticas; e a organização de uma aristocracia exigente e interessada na divulgação da cultura. Juntando-se a isso, as universidades iniciaram a laicização do livro, uma vez que estudantes começaram a fazer cópias de códices, função até então restrita aos monges escribas. "Primeiro, a imprensa se espalhou por toda a Europa; depois tornou-se companheira inseparável da europeização do mundo." (LYONS, 2011, p. 63)

4.2 Fatores que possibilitaram a invenção da imprensa

Alguns fatores foram importantes para a invenção de Gutenberg. Um deles foi o fato de haver, na Alemanha do século XV, um crescente mercado de livros entre as elites seculares e religiosas, estimulado pela erudição humanista e a difusão das universidades.

Até meados do século XV, a forma predominante na produção de livros era o manuscrito. No entanto, o alto custo de uma obra manuscrita e a demora em sua confecção também corroborou para o surgimento de uma tecnologia de impressão que mitigasse esses dois problemas. Para Rodrigues (2012, p. 190) "A cópia manuscrita de originais era muito cara e bem controlada pela corporação dos copistas, pela Igreja e pelo Estado, por isso disponível apenas aos mais ricos e influentes."

Outro fato relevante para o desenvolvimento da tecnologia gráfica foi o crescimento das relações comerciais entre a Europa e a Ásia. Que fez surgir uma classe burguesa com grande potencial econômico, essa classe, segundo Burke

(2002), possibilitou o financiamento para o desenvolvimento do setor de produção editorial. O próprio Gutenberg só conseguiu terminar sua invenção porque obteve empréstimos com burgueses das cidades de Mainz e Estrasburgo. Vale ressaltar que grandes centros de comércio e da economia europeia, as cidades de Nuremberg e Veneza, também viriam a se tornar centros de produção e inovação na área editorial.

A mudança cultural que a Europa passou desde o século XIV também foi um fator preponderante para a invenção da prensa. Para Rodrigues (2012), com o Renascimento, ideias novas começaram a surgir e seus idealizadores desejavam transmiti-las; tal fato criou uma demanda que as cópias manuscritas não podiam suprir, conseqüentemente, houve uma rápida expansão da indústria tipográfica na Europa. “Embora o latim continuasse a ser a língua da burocracia, dos assuntos eclesiásticos e da intelectualidade de boa parte da Europa até o século XVII, no começo do século XVI, as línguas vernáculas estavam ganhando terreno.” (RODRIGUES, 2012, p. 190)

Segundo Burke (2002), grupos de estudiosos leigos e religiosos medievais foram se formando, respectivamente, nas instalações das universidades e nos mosteiros. Nos séculos XVI e XVII, o número de estudiosos, que aumentaram consideravelmente, vão exercer suas funções como membros assalariados de academias ou sociedades científicas. Muitos desses intelectuais também foram absorvidos pela política, atuando como secretários, bibliotecários e conselheiros, funções cada vez mais necessárias no contexto dos Estados centralizados. Assim, criam-se redes de informações ligando esses grupos de eruditos entre si.

4.3 As consequências da imprensa

Indubitavelmente, a invenção de Gutenberg trouxe transformações político-sócio-culturais significativas. No entanto, essa invenção não trouxe apenas soluções, também trouxe problemas.

Para Burke (2002, p. 173), citando o geógrafo sueco Torsten Hägerstrand, “o processo de inovação sempre tem um aspecto positivo e um aspecto negativo, um ‘lado destrutivo’ e um lado criativo. O lado destrutivo ele denomina ‘denovação’ em oposição à inovação”. Vale ressaltar que esse lado destrutivo ocorre do ponto de vista de grupos profissionais e sociais, uma vez que visto por outros olhos pode-se

considerar uma inovação. Como “denovação” esse autor cita: a privação do meio de vida de copistas e vendedores de livros manuscritos; a possibilidade de leigos estudarem textos religiosos e a conseqüente quebra da autoridade dos eclesiásticos; as pessoas passam a ler não só a Bíblia, mas também livros seculares; por meio, principalmente, de jornais impressos críticos dos governos autoritários, estimulavam o senso crítico da população; e, com a multiplicação dos livros, houve a dificuldade de preservação, seleção, crítica de livros e autores, além da necessidade de se desenvolver novos métodos de gerenciamento da informação. Junte-se a isso tudo o fato de que tantos livros precisavam de um grande espaço físico para abrigá-los.

Apesar desses problemas, foram muitas as inovações, oriundas pelo advento da imprensa, que geraram mudanças em muitas áreas da sociedade europeia do século XV, para os séculos seguintes, até os dias atuais.

Além de uma revolução nas comunicações que alargou consideravelmente os modos de pensar e as interações pessoais, essa invenção provocou uma revolução cultural. Revolução caracterizada, dentre outras coisas, pelo declínio da cultura manuscrita para uma nova era que surgia, a era da impressão, o que fez nascer uma classe média intelectual. Segundo Sousa (2006), assim como os grandes descobrimentos e o crescimento do comércio, a invenção da tipografia desencadeou a explosão da comunicação. Para Mariguela (s.d.), a cultura oral era a base de toda cultura europeia anterior à descoberta da imprensa, no século XV. A propagação do ensino, interpretação dos escritos dos manuscritos e a fixação dos preceitos morais aconteciam por intermédio do clero.

Dessa forma, desencadeou-se uma discriminação mais democrática do saber, o conhecimento deixou de ser para poucos, para alcançar uma massa maior. Inegavelmente, a imprensa trouxe uma liberdade maior de acesso à informação e de pensamento. O que teve como conseqüência a emancipação do povo do jugo feudal.

A imprensa mudou a maneira de comunicação do conhecimento científico, isso porque

[...] ela possibilitava a reprodução precisa de diagramas, mapas, desenhos anacrônicos e representações da flora e fauna. [...] também tornou os livros eruditos mais amplamente acessíveis, o que permitia aos pesquisadores consultar textos antigos livremente e comparar suas observações com seus colegas cientistas. (LYONS, 2011, p. 71)

Essa inovação tecnológica teve, também, grande influência no desenvolvimento comercial e industrial das principais metrópoles europeias. Uma vez que houve um aumento da proliferação da cultura, criando um público leitor. Uma parte desses leitores passa a se interessar e se envolver pelas coisas públicas.

A invenção da prensa tipográfica pode ser considerada como o primeiro passo em direção à Revolução Industrial, por ter sido a “primeira mecanização de uma habilidade manual qualificada”. (MEGGS E PURVIS, 2009, p. 106).

A burguesia que surgira viu na prensa uma ferramenta extremamente útil para as suas pretensões. Para Bragança (2002), foi por meio da imprensa e dos financiamentos dos banqueiros que no século XV foi possível a transferência dos processos de produção de livros para a mão dos burgueses, que tinham uma enorme necessidade de ter lucro com essa técnica, além da intenção de educar e transformar um público anônimo e disperso. Tal fato possibilitou às pessoas que anteriormente não podiam adquirir um livro pelo seu alto custo, comprar e ler.

Segundo Chagas, Linhares e Ribeiro (2012), “está sim seria a revolução de Gutenberg, de possibilitar a reprodução em uma escala maior, barateando os custos do livro e tornando-os acessíveis.” (p. 466). Essa revolução retirou o papel de editor da mão dos monges copistas para as mãos dos burgueses ávidos por lucros, além de disponibilizar ao leitor uma quantidade maior de obras.

Aos poucos os livreiros trocam o latim pelas línguas vernáculas, Lyons (2011) relata que, até 1501, 77% das publicações eram em latim, pois este era o idioma do direito, da ciência e da Igreja. A hegemonia na produção de livros em latim, principalmente religiosos, aumentou, pelo menos inicialmente, com a invenção da imprensa, isso porque o latim era a língua franca que possibilitava a comunicação entre intelectuais de diversas nações e culturas. Fato importante na área científica ocorreu, na segunda década do século XVII, quando, apesar das queixas dos leitores internacionais, Galileu Galilei (1564-1642) começou a escrever seus livros científicos em italiano em detrimento ao latim.

No entanto, Lyons (2011) salienta que duas correntes de grande força foram os principais adversários da supremacia do latim, que paulatinamente foi perdendo espaço para as línguas vernáculas: um foi o poder independente dos Estados soberanos, que ganharam politicamente com o fortalecimento de suas línguas nacionais; e o outro, foi o protestantismo, uma vez que seus líderes desejavam que a Bíblia fosse aqui acessível a todos os cristãos em sua própria língua. Não por

acaso, as Escrituras Sagradas foram o primeiro texto de importância a ser traduzido do latim para línguas vernáculas. Na Inglaterra, as Bíblias em vernáculo também foram úteis para que a monarquia inglesa, durante a Reforma de Henrique VIII, fortalece a unidade nacional e consolidasse a supremacia real sobre o papado.

No âmbito da religião, a prensa foi utilizada tanto pela Reforma, quanto pela Contrarreforma. Para Bacelar (2002, p.2), essa invenção foi fundamental para o rompimento do papel da Igreja como tutora da verdade espiritual. Para Febvre e Martin (2017), centenas de milhares de cópias impressas de escritos de Lutero – sermões, traduções, obras de edificação e textos religiosos em geral - foram rapidamente divulgadas e distribuídas, desencadeando as discussões que viriam iniciar a oposição à ideia do papel da Igreja como único guardião da verdade espiritual. Bíblias, livros e panfletos reformados impressos em línguas vernáculas, em alternativa ao latim, alimentaram as asserções da Reforma Protestante que questionavam a necessidade da Igreja para interpretar as Escrituras – uma relação com Deus podia ser, pelo menos em teoria, direta e pessoal.

Febvre e Martin (2017) observam, ainda, que, apesar da Reforma não poder ser considerada “filha da imprensa”, o livro impresso desempenhou um papel essencial, no século XVI, no desenvolvimento do protestantismo, uma vez que

[...] o livro é em todo caso a prova tangível da convicção, que ele materializa por sua posse; ele também fornece argumentos àqueles que já estão convencidos, permite-lhes aprofundar e precisar sua fé, dá-lhes os elementos que os ajudarão a triunfar nas discussões, a reunir os hesitantes. (p. 395)

Inicialmente, a Igreja via na imprensa uma ameaça ao seu domínio. No entanto, com o tempo viu nessa tecnologia um instrumento para seus intentos. Dessa forma, o clero passou a imprimir as indulgências, textos teológicos e manuais dogmáticos.

No âmbito político social, observou-se que todas as transformações político-sociais, fruto da circulação de impressos, favoreceram a Revolução Francesa e a ascensão da burguesia. Na visão de Breton e Proulx (2002), a despeito do fato de as ideias renascentistas que estimularam às revoluções serem anteriores às técnicas tipográficas, e circulavam por meio de livros manuscritos; foi a impressão tipográfica que atendeu a grande demanda do mercado e dinamizou a difusão das ideias renascentistas. Se Renascimento foi promovido pela edição tipográfica, também se pode dizer que a prensa foi favorecida por essa corrente cultural.

4.4 A imprensa em Portugal

A imprensa de Gutenberg chegou a Portugal em 1465. Mariguela (2006) ressalta que a relação comercial entre Portugal e Nuremberg foi fundamental para a chegada de oficinas tipográficas em território português. A instalação de prensas gráficas em Portugal foi importante, dentre outras coisas, na promoção de grandes transformações culturais, a construção de uma identidade nacional, auxiliou as expansões marítimas, a formação do Estado português e a consolidação da língua portuguesa.

O responsável pelo êxito da imprensa em Portugal foi D. Afonso V, que pertencia a uma família de letrados, estudioso dos problemas astronômicos, nutria profundo encanto pelos livros e pelas artes, conduziu a política peninsular, organizando o plano destinado à hegemonia de Portugal. Seu interesse pela nação compareceu no interesse de fazer memória da nação e de sua história. O seu interesse pelos livros e pela boa divulgação dos mesmos, fez com que ele fundasse uma livraria nos Paços da Alcáçova, “[...] a livraria foi aberta ao público, integrando assim os livros e a cultura à vida da nação portuguesa. A prática de abrir e difundir os livros através de bibliotecas era uma prática desconhecida em outras cortes.” (MARIGUELA, 2006, p. 67).

D. Afonso V popularizou o livro, pois queria difundir a cultura por meio desses. Para isso criou estratégias que favorecessem a circulação dos impressos, tal fato moveu o conhecimento, promoveu o intercâmbio intelectual, o gosto pelas letras e, conseqüentemente, o fortalecimento da arte da impressão.

A imprensa foi importante para que os Estados Ibéricos alcançassem o objetivo de expansão e como estratégia política, o controle e a conquista, uma vez que por meio dos livros e textos impressos foi possível levar a fé e ensinar os preceitos aos povos consistia em defender a Europa, a civilização e o cristianismo.

Como Mariguela (2006, p.70) observa, a imprensa teve papel importante na política de assimilação de povos, uma vez que

pela produção e divulgação dos livros possibilitou o ensino dos 'ignorantes'. [...] Eis a grande conquista portuguesa: instruir e fazer ler! Seria ingênuo pensar que as questões são tão somente de ordem cultural ou intelectual, há também alterações importantes na economia e, portanto na vida da sociedade em geral. A forma que os portugueses tinham para se infiltrar estava alicerçada no comércio e a empresa dos descobrimentos

(continuada por D. João II) pressupunha o comércio e seus proveitos assim como, o ensino e a instrução pressupunham o conhecimento das letras.

Além disso, Portugal teve uma atuação importante na difusão da técnica de impressão pelo mundo. Isso por conta da combinação da vocação do povo português e seu desejo de expansão com a ciência, o conhecimento, as letras e a experiência que se interligam na constituição da sociedade lusitana. Essa combinação foi a base da identidade nacional de Portugal.

Segundo Mariguela (2006), a imprensa, em Portugal, foi uma ferramenta para a construção do império e a linguagem ganhou maior expressão e força política. Os livros com enorme carga religiosa e nacionalista levaram a universalização da cultura lusitana. Dessa forma, a tipografia de Gutenberg foi fundamental para a solidificação da língua portuguesa.

O ambiente nacionalista, o apego às coisas portuguesas e a imprensa em Portugal fez com que a língua da oralidade, língua do povo português, se tornasse também a língua dos textos, tomando o lugar do latim que até então era a língua por excelência.

Sobre a construção da identidade portuguesa, a imprensa desempenhou papel importantíssimo, uma vez que auxiliou nas descobertas e no fortalecimento dos feitos, das tradições e da cultura portuguesa.

5 OUTROS FATORES QUE COLABORARAM PARA A CONSOLIDAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA

A língua não é dissociada do povo que a utiliza como ferramenta de comunicação e - assim como ocorre na cultura, na política, nos valores etc. - sofre mudanças ao longo do tempo, seja por motivos linguísticos, geográficos ou históricos. Segundo Faraco (2016),

[...] as línguas estão intimamente atadas às dinâmicas histórico-políticas e às construções imaginário-ideológicas das sociedades em que são faladas. Em outros termos, as línguas não existem em si e por si; elas não são entidades autônomas - as línguas são elas seus falantes; elas e as sociedades que as falam. (p. 9)

O autor afirma que foi uma rede de fenômenos sociais, econômicos, políticos, culturais que conformou o idioma chamado português.

A consolidação de uma língua é um processo no qual dado dialeto passa por várias etapas, até que alcance o status de idioma oficial de um país. Segundo Câmara Jr. (1978, p. 115), idioma se refere a uma “[...] unidade linguística, inconfundível, de uma nação em face das demais.” Assim a língua portuguesa foi língua comum, língua administrativa, língua literária, língua nacional e língua oficial de Portugal.

O Português foi uma língua comum - “caracterizada por pronuncia menos cuidada, emprego de numerosas expressões evitadas pelos escritores, e certas frases e modos de dizer” (SILVA NETO, 1977, p. 107) –, já no tempo de D. Dinis, e marcou a oposição entre a língua urbana, da capital Lisboa, e os falares regionais. Como língua administrativa, visando à coesão linguística das publicações régias, a língua portuguesa passa a ser utilizada na redação, autenticação e expedição dos documentos da corte.

A língua portuguesa ganhou *status* de língua literária, ou seja, “[...] uma língua escrita que se destina à expressão da literatura e cujo estudo constitui a rigor a filologia” (CÂMARA JR., 1986, p. 109), por volta do século XIV. Com a invenção da imprensa, no século XV, as obras literárias passaram a ser difundidas com maior rapidez, o que ocasionou um pequeno impulso para a redução do analfabetismo, ainda assim grande parte dos europeus continuou sem saber ler. Nesse período,

surgiram as línguas nacionais, principalmente a partir de grandes obras literárias nacionais. Cada país que se unifica e ganha a sua língua própria, tendo também a sua própria obra marco, no caso de Portugal, foi a obra *Os Lusíadas*. O Português, como língua nacional, segundo Gomes (2016), ganhou maior circulação tanto entre os burgueses, quanto com o leitor comum e passou o latim com língua escrita e editada.

No final do século XIII, o Português passou a ser “[...] língua de uso obrigatório em todas as instâncias públicas” (FARACO, 2016, p. 14). Com o objetivo de solidificar a unidade política, religiosa e cultural lusitana, o Português foi constituído língua oficial de Portugal.

Para que esse processo se desenvolvesse foi necessário que alguns fatores atuassem em conjunto numa interação recíproca, ou seja, hora o processo evolutivo da língua colaborou com o desenvolvimento desses fatores, hora esses fatores serviram à solidificação da língua. Desses fatores, além da imprensa – que será tratado em particular no tópico final dessa pesquisa – pode-se destacar: a formação do Estado Nacional de Português, o Renascimento, a ascensão da burguesia e o advento do capitalismo e as grandes navegações e os descobrimentos marítimos.

5.1 A formação do Estado Nacional Português

A invenção tipográfica colaborou para o êxito, do desenvolvimento das nações modernas, uma vez que possibilitou a divulgação de símbolos nacionais e a unificação dos dialetos em línguas. No entanto, a formação dos Estados Nacionais (nesse caso particular Portugal) também favoreceu a oficialização da Língua Portuguesa. Febvre e Martin (2017, p. 373) salientam que os reis dos recém-criados estados europeus “[...] esforçaram-se para desenvolver o uso da língua nacional a fim de favorecer sua política unificadora [...]”. Dessa forma, o fortalecimento de uma língua oficial é elemento fundamental para criação de uma nação. Para Anderson (1989), a formação das novas comunidades nacionais foi resultado da ação mútua e eventual entre o capitalismo, a imprensa e a promoção das línguas vulgares ao status de línguas-do-poder. Segundo ele, graças a disseminação de ideias nacionalistas pela imprensa utilizando as línguas vernáculas, o capitalismo ajudou a desenvolver o nacionalismo europeu.

Anderson (1989), ainda, relaciona o nacionalismo pujante na Europa ocidental do século XVIII, impregnada com as ideias iluministas, com a ideia de salvação. Para ele, a noção de salvação religiosa ganha uma continuidade secular representada nos Estados-nação.

Barbosa (2011, p. 204) define nação "[...] como um sistema classificatório, através do qual se evidenciam categorias que ligam o Estado a seus membros e estes entre si." O autor cita o território, a língua, a tradição cultural e um sistema político único como as categorias sustentam a ligação social e o sentimento de pertencimento a mesma comunidade. Já Anderson (1989) destaca o aspecto de nação como uma comunidade imaginada mediante a língua, ou seja, uma comunidade que surgiu através de ações culturais e administrativas dos estados modernos, como a definição de uma língua nacional, a promoção da alfabetização e de uma gramática vernácula comum.

No que se refere à língua, em particular, esse autor, a considera importante na constituição da nação e do sentimento nacionalista, pois, através dessa categoria, as demais são difundidas e afirmam a ideia de identidade nacional.

A necessidade de afirmação de uma identidade nacional vincula-se a uma ideia de preservação e pertencimento. Através da representação de significados de uma nação, a identidade nacional sustenta o sentimento de comunidade, de uma memória coletiva. (BARBOSA, 2011, p. 207)

Em Portugal, a visão humanista despertou o interesse em divulgar a língua, em valorizá-la como ferramenta de solidificação do império. Além disso, o interesse dos gramáticos em fixar uma norma da língua para ser ensinada poderia representar o nacionalismo e o ideal unificador e expansionista que vigoram em Portugal.

5.2 O renascimento

Neste trabalho os termos Renascimento, Renascença ou Renascentismo serão usados como sinônimos para o período da história da Europa aproximadamente entre meados do século XIV e o fim do século XVI.

Segundo MARIGUELA (2006), o Renascimento foi um movimento intelectual e cultural que iniciou na Itália, por volta do século XIV, como resultado das relações comerciais entre italianos e bizantinos. Mas, não ficou restrito à Península Itália, o movimento logo se espalhou por toda Europa. Febvre e Martin (2017, p. 51) afirmam

que a Renascença foi “[...] foi um período de perturbações intelectuais, econômicas e sociais que marcam em profundidade, por anos e anos, os corações, as ações dos europeus [...]”.

O Renascimento recebeu esse nome porque seus integrantes buscavam no reavivamento da cultura da Antiguidade Clássica greco-romana os ideais para sua época, pois acreditavam que a Antiguidade havia representado o auge da história da civilização ocidental. Quando entraram em contato com o racionalismo grego, os renascentistas romperam com a visão de mundo religiosa e supersticiosa da Idade Média.

Em suas origens a Renascença, na visão de Martins (1996), tinha um caráter universal, não levando em consideração as fronteiras das nações europeias que começavam a surgir, e buscavam tornar, durante os séculos XV e XVI, o latim vulgar como uma língua artificial e universal. No entanto, por conta da formação dos Estados e a impossibilidade de entender o latim pela grande massa da população, os humanistas optaram por fortalecerem uma língua nacional, em detrimento aos outros dialetos locais, para cumprirem, assim, a missão de democratização da cultura, objetivo dos renascentistas.

A crescente importância dada ao idioma nacional pelo pensamento humanista permite que o vernáculo se torne cada vez mais acessível ao homem burguês e ao leitor vulgar, e ultrapasse definitivamente o latim como língua escrita e editada. (GOMES, 2016, p. 272)

Não apenas o interesse da difusão da cultura estimulou a categorização das vernáculas como línguas literárias, "acrescente-se uma razão de ordem econômica, lembrada igualmente por Brunot: o livro poderia alcançar públicos mais vastos, quer dizer, poder-se-ia vender em quantidades maiores se escrito na língua mais geralmente compreendida." (MARTINS, 1996, p. 196)

Febvre e Martin (2017, p. 373) observam, falando de obras clássicas, que

[...] cada vez mais essas obras interessam a um público maior, que, com frequência, conhecem mal as línguas antigas, mas que a imprensa formou aos poucos, dando-lhe gosto pela leitura. Os impressores, por outro lado, vendo o mercado progressivamente saturado, interessam-se em ampliar a clientela.

Assim, adoção de uma língua mais conhecida que o latim foi uma questão de sobrevivência para as oficinas tipográficas, pois os livros deveriam ser produzidos

nas línguas que o público sabia ler. Tais fatos também fortaleceram o nacionalismo europeu, uma vez que, segundo Febvre e Martin (2017), a divulgação das ideias humanistas, além de colaborar para a fixação das línguas neolatinas – pois, por conta das traduções, ficam em constante contato com as línguas antigas, que as enriquecem e aperfeiçoam -, contribuiu para o desenvolvimento das literaturas nacionais.

5.3 A ascensão da burguesia

Entre os séculos XV e XVI, observa Arruda (1997), o sistema feudal começa a ser substituído pelo capitalismo. Com isso, se dá a ascensão da burguesia mercantil, a formação dos Estados Nacionais, o crescimento do pensamento renascentista e o abalo da hegemonia da Igreja Católica em decorrência da Reforma Protestante. Nesse contexto, a expansão Marítima rompe com o monopólio italiano e reativa o comércio da Europa ocidental com o Oriente. Dessa forma, a burguesia se desenvolveu como classe, que se associa às monarquias Nacionais, das quais a primeira foi Portugal em 1385. Tal associação foi lucrativa tanto para os reis, que fortaleceram a centralização do poder, quanto para os burgueses, que ganharam defesa militar e leis favoráveis ao comércio.

Já há algum tempo surgia na Europa uma burguesia que foi gradativamente se fortalecendo. Segundo Fernand Braudel, essa burguesia viu na indústria gráfica uma grande oportunidade de lucros e fez do livro, além de um instrumento de disseminação do conhecimento, uma mercadoria com um grande mercado em expansão a ser explorado, tanto na Europa como nas novas terras. Tipógrafos imprimirem na língua do povo. Então deixaram de lado o latim, idioma restrito a poucos, e passou a produzir livros em línguas neolatinas. Pela primeira vez, estas línguas eram permanentemente passadas ao papel, já que os manuscritos raramente estavam escritos em vernáculo. Segundo Anderson (1989, p. 47), “[...] a lógica do capitalismo indica que, uma vez que o mercado latino de livro estava saturado, os mercados representados pelas massas monoglotas, potencialmente enormes, seriam o atrativo”.

Anderson (1989) observa, ainda, que três fatores externos foram fundamentais para “o impulso revolucionário do capitalismo no sentido da utilização das línguas vulgares” (p. 48). Em primeiro lugar, o latim se distancia da vida eclesiástica e do

dia-a-dia da população por ter se tornado obscuro e com característica esotérica. O segundo fator foi a parceria da Reforma protestante com o capitalismo editorial, que focou em leitores populares por meio de impressos baratos e em línguas vulgares. E o último fator consistiu no uso de línguas vulgares administrativamente por parte de homens bem posicionados que se consideravam monarcas absolutistas. Dessa forma, esses três fatores contribuíram para o enfraquecimento do latim e a desestruturação da igreja, o que levou ao surgimento de novas comunidades e línguas nacionais.

Burke (2003) cita três centros editoriais para exemplificar as relações que a circulação comercial entretinha com o mercado de produção do conhecimento: Veneza, no século XVI; Amsterdã, no XVII; e Londres, no século XVIII. O grande volume de informações disponíveis era oriundo também de jornais e revistas e não exclusivamente dos livros. A comercialização das informações vai de par com a noção de informação como mercadoria.

A ação da burguesia ligada à tipografia foi crucial para que um simples dialeto regional se consolidasse como uma língua desde que adoptadas pelos tipógrafos. Exemplo disso foi o caso de um dialeto do alemão, falado na Holanda, foi reconhecido pelos tipógrafos em Amsterdã e tornou-se no holandês. O mesmo ocorreu com o dialeto toscano da Itália, que se virou o Italiano. E assim foi com todas as línguas originárias do latim, inclusive o Português.

Silva Neto (1970, p. 392) destaca que

Desde o século XIII começa a surgir a classe média, que ganha corpo e importância social. Na sociedade do século XIII e XIV as classes não eram agrupamentos fechados e impermeáveis mas, ao contrário, interpenetravam-se e era sempre possível a ascensão social. [...] A ascensão social da burguesia e do povo, que é visível nos dias de João I, contribuiu eficazmente para a unificação da língua, tanto no que respeita ao plano regional, como ao plano social.

5.4 As grandes navegações

Mariguela (2006) elenca o desejo de lucro, busca por mercado, domínio geográfico e a difusão da cultura e da língua lusitana como elementos impulsionadores para o alargamento das fronteiras ultramarinas portuguesas. Para esse intuito fez-se necessário o conhecimento geográfico e o conhecimento das artes marinhas.

Nasceu a necessidade de conhecer e definir com precisão os domínios das terras, as artes náuticas e as atuações nas fronteiras territoriais. Para além da narração e do registro do espaço e das riquezas naturais foi necessário descrever e conhecer a terra de maneira detalhada, considerando suas características e transformações: suas riquezas naturais, seus acidentes, suas guerras, suas alianças e as façanhas militares, monárquicas e diplomáticas. Fez-se essencial ter ciência de quem vive e quem domina o espaço. (MARIGUELA, 2006, p. 14)

As expansões das navegações e, conseqüentemente, os descobrimentos eram do interesse tanto dos nobres - pois desejavam conquistar territórios para potencializar seus poderes-, da Igreja - que almejava o poder e a difusão da religião pautada nos preceitos cristãos-, quanto da burguesia - uma vez que ansiava lucros nas atividades expansionistas. Dessa forma, era de interesse de todos, para o êxito dessa empreitada, propiciar o registro dos conhecimentos navais e os domínios marítimos. Tal interesse fez com que a produção livre da imprensa fosse impulsionada.

O crescimento da produção tipográfica e da população letrada, a difusão das bibliotecas permitiu pensar uma nova configuração cultural, onde ensino, letras, autores, impressores, livreiros, distribuidores, experiências e projetos encontravam-se imbricados. (MARIGUELA, 2006, p. 14)

Em suma, as investidas portuguesas ao alto mar colaboram, segundo Febvre e Martin (2017), impulsionou o surgimento de crônicas histórico-geográficas, como Os Lusíadas de Camões, assim como obras de técnicas navais, além de cartilhas de propagação do cristianismo e narrativas das atividades nas colônias recém-descobertas o que fortaleceu ainda mais o idioma lusitano. Tanto a busca de novos mercados, por parte da burguesia; quanto a busca de ampliação do domínio geográfico e da difusão da cultura lusitana, por parte do Estado; e o interesse de difundir a fé católica, por parte da Igreja, impulsionaram a produção editorial em

língua vernácula. Tal fato, além de expandir além das fronteiras de Portugal, consolidou ainda mais a língua portuguesa.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: QUAL A IMPORTÂNCIA DA INVENÇÃO DA IMPRENSA POR GUTENBERG, NO SÉCULO XV, PARA A SOLIDIFICAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA?

Indubitavelmente, a invenção da imprensa no ocidente influenciou em todas as áreas da sociedade, desde a área econômica, social, política e até a cultural. Tal fato culminou em transformações no cotidiano da sociedade europeia, seus hábitos, costumes e valores.

Nesse contexto de transformações, impulsionadas pelo advento da indústria tipográfica e interagindo com outros fatores, já elencados nessa pesquisa, que contribuíram para a formação das línguas neolatinas, dentre as quais o português.

Em suma, a invenção da imprensa de Gutenberg foi importante para a maior difusão e acessibilidade de livros e, conseqüentemente, o aumento da produção literária. Tal fato - associado necessidade de uma língua comum para atender às demandas das administrações monarcas que se desenvolviam e para a difusão de ideias de unidade nacional, ideais humanistas, registros de técnicas e atividades de navegação, bem como, uma língua que atendesse uma massa maior de leitores gerando um maior lucro - foi de grande importância para a eleição da língua portuguesa como língua literária, como língua administrativa e língua oficial; para sua normalização e sua propagação para todas as camadas da sociedade lusitana, bem como o uso da língua portuguesa como instrumento de propagação da cultura, religião e domínio português.

Vale destacar, como elemento fundamental da relação invenção da imprensa com a solidificação do idioma português, o uso de línguas vernáculas por parte das gráficas e os fatores que levaram a essa atitude. Vale voltar aos três fatores externos salientados por Anderson (1989), que impulsionaram as gráficas a utilizarem línguas vernáculas, dos quais dois estavam intimamente ligados ao surgimento da consciência nacional. O primeiro foi o afastamento do latim da vida eclesiástica e da quotidiana, por conta do movimento humanista, que o aproximou da literatura da antiguidade.

O segundo, “foi o impacto da Reforma que, ao mesmo tempo, deveu muito de seu êxito ao capitalismo editorial.” (ANDERSON, 1989, p. 48) Em todas as ações contra a fé católica, anteriores ao advento da imprensa, a Igreja ganhava facilmente.

No entanto, a Reforma iniciada por Lutero obteve êxito graças à rápida disseminação de suas ideias possibilitada pela impressão e a utilização do alemão, língua vulgar, que possibilitou a compreensão de uma massa maior.

A coalizão entre o protestantismo e o capitalismo editorial, que explorava edições populares baratas, criou rapidamente grandes públicos leitores novos – inclusive entre mercadores e mulheres, que tipicamente pouco ou nada conheciam o latim – e simultaneamente mobilizava-os para fins político-religiosos. Inevitavelmente, não era apenas a Igreja abalada em seus fundamentos. O mesmo terremoto produziu os primeiros Estados europeus não dinásticos e não cidades-estado [...] (Ibidem, p. 50)

Em terceiro lugar, foi a disseminação das línguas vulgares sendo utilizadas como ferramentas de centralização administrativa. O aparecimento dessas línguas administrativas é anterior à imprensa e a Reforma. Porém, foram “utilizadas pelo mundo oficial, por sua própria conveniência interna. Não havia qualquer ideia de se impor sistematicamente a língua às diversas populações submetidas a dinastia.” (Ibidem, p. 52)

Dessa forma, mediante o que se pesquisou nesse opúsculo, pode-se afirmar que (juntamente com a formação do Estado português, o Renascimento, a ascensão da burguesia e as grandes navegações) o advento da gráfica de tipos móveis elevou um dialeto nascido em Lisboa - que era “[...] o traço de união, não só entre o Norte e o Sul, mas também entre todos os portugueses: é o grande centro que, ouvindo todas as vozes de todos os cantos, as transforma numa só grande voz nacional.” (SILVA NETO, 1970, p. 387) -, um conjunto de dialetos provençais, à condição de língua da nação e depois a um veículo do Império Português. Atualmente, é uma língua transnacional e transcontinental. Assis (s.d., p. 143) elenca os seguintes traços sociolinguísticos alcançados pela língua portuguesa:

- a) Língua-berço - fonte de todos os falares. É traço exclusivo do falar europeu [...]
- b) Língua materna - é a língua de nascimento [...]
- c) Língua oficial - adotada nos atos e documentos públicos desde o reinado de D. Dinis [...]
- d) Língua nacional - falada em toda a extensão do Portugal continental e insular.
- e) Língua de cultura - ostenta um dos mais ricos patrimônios literários do mundo ocidental. Em decorrência desse caráter, tornou-se língua padrão: é ensinada nas escolas e à que recorrem as pessoas cultas em situações formais (no púlpito, nas catedrais, na tribuna parlamentar ou judiciária), utilizada em editoriais da grande imprensa.

Logo, pode-se dizer que o processo de consolidação do Português não foi resultado direto e apenas da invenção da imprensa, mas a prensa de Gutenberg foi importante instrumento de fortalecimento dos elementos de solidificação da Língua Portuguesa.

Pela observação dos aspectos analisados nesse trabalho, pode-se retomar a questão desta pesquisa da seguinte maneira: a importância da imprensa para a consolidação do Português consiste no fato da língua portuguesa ter servido como ferramenta pelos editores em eventos (supracitados) que, por sua vez, utilizaram os benefícios de publicações em vernáculos para seus intentos e conseqüentemente contribuíram para a expansão da imprensa e solidificação do idioma português.

Por fim, cabe ressaltar que este trabalho não pretendeu esgotar o tema, nem produzir uma resposta final à questão, mas desenvolver uma base para futuras pesquisas acadêmicas tanto na área biblioteconômica, quanto na área linguística ou até mesmo em outras afins.

REFERÊNCIAS

- ALI, M. Said. História resumida da Língua Portuguesa. In: BECHARA, Evanildo. **Estudo da Língua Portuguesa**: textos de apoio. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010. p. 19-24. Disponível em: < http://funag.gov.br/loja/download/696-Estudos_da_lingua_portuguesa.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2017.
- AMARAL, A. E. Maria do. **1000 Anos antes de Gutenberg**. Cadernos de Biblioteconomia Arquivística e Documentação Cadernos BAD, número 002. Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentaristas Lisboa, Portugal, 2002. P. 84 – 95. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/11909/1/1000%20anos%20antes%20de%20Gutenberg.pdf>>. Acesso em 20 out. 2017.
- ANDERSON, Benedict R. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das letras, 1989.
- ARRUDA, Jose Jobson. **História Integrada** - Vol 2 . São Paulo: Ática. 4ª Ed. 1997
- BACELAR, J. **Apontamentos sobre a história e desenvolvimento da imprensa**. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, Lisboa, 1999. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bacelar_apontamentos.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2018.
- BARBOSA, Márcia Fagundes. **Nação, um discurso simbólico da modernidade**. Crítica Cultural (Crítica), Palhoça, SC, v. 6, n. 1, p. 203-216, Jan./jun. 2011.
- BUENO, Francisco da Silveira. **Estudos de filologia portuguesa**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1963.
- BRAGANÇA, Aníbal. Porque foi, mesmo, revolucionária a invenção da tipografia? O editor-impressor e a construção do mundo moderno. In: **XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** - Salvador/BA, 1 a 5 setembro, 2002. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2002/Congresso2002_Anais/2002_NP4braganca.pdf>. Acessado em: 22 out. 2017.
- BRETON, Philippe & PROULX, Serge. **Sociologia da Comunicação**. São Paulo: Loyola, 2002.
- BURKE, Peter. **Problemas causados por Gutenberg**: a explosão da informação nos primórdios da Europa moderna. Estudos Avançados, São Paulo, v. 16, n. 44, p. 173-185, jan. /abr., 2002. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142002000100010>>. Acesso em: 31 out. 2017.
- CÂMARA JUNIOR, Joaquim Mattoso. **Dicionário de Linguística e Gramática**. Petrópolis: Vozes, 1978.

CARDOSO, Elias de Almeida. A formação histórica do léxico da Língua Portuguesa. In: SILVA, Luiz Antonio da. (org.) **A língua que falamos: português** – história, variação e discurso. São Paulo: Globo, 1999.

CARVALHO, Dolores Garcia & NASCIMENTO, Manoel. **Gramática Histórica**. 10. ed. São Paulo: Ática, 1974.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHAGAS, Alexandre Meneses; LINHARES, Ronaldo Nunes; RIBEIRO, Kalyne Andrade. **As revoluções na leitura: do livro de Gutenberg aos textos digitais**. 2012. Disponível em: < <http://geces.com.br/simposio/anais/anais-2012/Anais-461-476.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2017.

COUTINHO, Ismal de Lima. **Gramática Histórica**. 19. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2005.

_____. **Gramática histórica**. 6.ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1972.

ELIA, Silvio. **Sociolinguística**. Rio de Janeiro: Padrão Livraria Editora Ltda. e EDUFF, 1987.

FARACO, Carlos Alberto. **História Sociopolítica da língua portuguesa**. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean. **O aparecimento do livro**. São Paulo: Edusp, 2017.

GIOVANNINI, Giovanni. **Evolução na Comunicação: do sílex ao silício**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

GOMES, António Martins. Administração político-religiosa da língua portuguesa na Idade Média. In.: **História e Cultura**, França, v. 5, n. 2, p. 255-274, set. 2016.

LE GOFF, Jacques. **As raízes medievais da Europa**. Editora Vozes. 2007. Disponível em: <<https://portalconservador.com/livros/Le-Goff-Jacques-Raizes-Medievais-da-Europa.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2017.

LYONS, Martyn. **Livro. Uma História Viva**. Tradução Luís Carlos Borges. SP: Editora Senac, 2011.

MARIGUELA, Adriana Duarte. **A impressão como instrumento de educação**. São Paulo, s.d. Disponível em: < http://alb.org.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais16/sem07pdf/sm07ss11_02.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2017.

MARIGUELA, Adriana D.B. **Português dos Quinhentos: cultura, gramática e educação em Fernão de Oliveira**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, 2006. Disponível em:

<<https://www.unimep.br/phpg/bibdig/pdfs/2006/XLPUXRPTDCDY.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2017.

MARTINS, W. **A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca.** 2ª ed. São Paulo: Ática, 1996.

MARTINS, Oliveira. **História de Portugal.** Lisboa: Guimarães Editoras. 1991. Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/41165159/martins-o-historia-de-portugal>>. Acesso em: 25 jan. 2018.

MEGGS, P.B; PURVIS, A.W. **História do design gráfico.** São Paulo: Cosac Naify, 2009.

RIBEIRO, Orlando. **A formação de Portugal.** Lisboa: ICALP, 1987. Disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

RODRIGUES, Henrique Camargo. **Gutenberg e o letramento do Ocidente.** Revista Educação e Linguagem, Campo Mourão, v. 1, n. 1, ago. /dez. 2012. Disponível em:<<http://www.fecilcam.br/revista/index.php/educacaoelinguagens/article/viewFile/619/353>>. Acesso em: 19 out. 2017.

SANTOS, Mauro Martins. **Origens da língua portuguesa:** da Galiza aos nossos dias. Postado em 14/06/2014. Disponível em: <<https://www.recantodasletras.com.br/teorialiteraria/4521718>>. Acesso em: 27 abr. 2018.

SILVA NETO, Serafim da. **História do latim vulgar.** Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1977.

_____. **História da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Presença, 1970.

SOUSA, Rainer Gonçalves. **Formação da Monarquia Nacional Portuguesa:** Brasil Escola. Disponível em: <<http://brasilecola.uol.com.br/historiag/formacao-monarquia-nacional-portuguesa.htm>>. Acesso em: 08 nov. 2017.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media.** Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2006. Disponível em: <<http://www.infocambiouniversitario.com.br/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-teoria-pesquisa-comunicacao-media.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2017.